

**EDcl no AgInt no AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº
1.593.384 - SP (2016/0076984-3)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
EMBARGANTE : INTERCONDORS EXPORT INDUSTRIAL LTDA - ME
ADVOGADOS : EINSTEIN LINCOLN BORGES TAQUARY - DF006543
MARLY VOIGT E OUTRO(S) - SP059785
MARCELO NAVARRO VARGAS E OUTRO(S) - SP099999
EMBARGADO : TRICON ENERGY, INC.
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por INTERCONDORS EXPORT INDUSTRIAL LTDA - ME contra a decisão de e-STJ fls. 3.016-6.017, que não conheceu do agravo interno.

Defende a parte embargante, com amparo no art. 1.022, do CPC, a existência de omissão no *decisum ora embargado*.

Para tanto, discorre acerca do processamento da ação rescisória, aduzindo que o acórdão proferido por ocasião do julgamento do recurso especial ostenta divergência com outros julgados desta Corte Superior, o que, sob sua ótica, autoriza o processamento dos embargos de divergência.

Sustenta ter interposto agravo interno, que foi rejeitado por decisão monocrática, “*sendo que, para a interposição de outros recursos, é essencial a apreciação recursal por colegiado*”. Defende que “*esse novo julgamento novamente por decisão monocrática impunha a necessidade de interposição de novo agravo interno*” (e-STJ fl. 3.022). Aduz que “*esse agravo interno foi interposto, e novamente rejeitado, mas com omissão das questões suscitadas, o que legitima a presente interposição recursal*” (e-STJ fl. 3.023).

Ao final requer sejam sanadas as omissões ora apontadas.

É o relatório.

DECIDO.

Nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material.

Neste sentido, os seguintes arestos da Corte Especial:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO INTERNO JULGADO IMPROCEDENTE POR UNANIMIDADE. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. CABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de haver omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada.

2. No caso dos autos, há omissão no julgado. Isso porque o acórdão negou provimento ao agravo interno por unanimidade, sem contudo se manifestar quanto à incidência da multa do art. 1.021 do Código de Processo Civil.

3. O art. 1.021, § 4º, do CPC estabelece que é cabível a aplicação de multa ao agravante quando o recurso for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, que dever ser fixada esta entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura ou contraditória. Não são destinados à adequação do decisum ao entendimento da parte embargante, nem ao acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e, menos ainda, à rediscussão de questão já resolvida. Precedentes.

2. A análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado do julgado, o que é inviável nesta seara recursal.

3. Tendo em vista que tanto o acórdão proferido no agravo interno quanto os acórdãos proferidos nos embargos de declaração anteriores já haviam se manifestado de forma clara e fundamentada sobre as questões acerca das quais a embargante alega omissão, é de se reconhecer o manifesto propósito protelatório dos presentes aclaratórios a atrair a incidência da multa prevista no art. 1.026, § 2º do CPC/2015, fixada, na hipótese, em 1% sobre o valor atualizado da causa.

4. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa.
(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018)

Na espécie, inexistente vício que permita o manejo da presente insurgência, evidenciando-se o seu descabimento, pois visa a parte embargante o reexame da controvérsia devidamente solucionada, em cuja decisão se expõem os motivos pelos quais não se conheceu do agravo interno interposto às e-STJ fls. 2.997-3.001.

Confira-se, para melhor compreensão, o seguinte trecho da decisão ora embargada:

[...]

Há óbice intransponível ao conhecimento do presente

recurso.

Compulsando os autos, verifica-se que os embargos de divergência foram liminarmente indeferidos por força da decisão de e-STJ fls. 2.956-2.961.

Irresignada, a ora embargante interpôs o agravo interno de e-STJ fls. 2.964-2.968, que não foi conhecido pela Corte Especial, em acórdão (e-STJ fls. 2.988-2.992) do qual se extraiu a seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 1.021, § 1º, DO CPC. AUSÊNCIA DE ANÁLISE MERITÓRIA DO APELO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 315/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

I - Não se conhece de agravo interno quando o agravante deixa de impugnar os fundamentos da decisão proferida, conforme artigo 1.021, §1º, do Código de Processo Civil.

II - Consoante o art. 1.043 do CPC/2015, os Embargos de Divergência somente são admissíveis quando os acórdãos embargado e paradigma forem de mérito, ou quando um deles, embora não conhecendo do recurso, tenha apreciado a controvérsia.

III - In casu, o acórdão embargado não apreciou a controvérsia, no mérito, ante a ausência do indispensável prequestionamento, da necessidade de reexame de fatos e provas, e da falta de cotejo analítico e similitude fática entre acórdãos colacionados.

Agravo interno não conhecido (e-STJ fl. 2985).

*Nesse contexto, diversamente do alegado pela ora agravante, o agravo interposto às e-STJ fls. 2.964-2.968 foi apreciado pelo colegiado, de modo que não pode ser impugnado por novo agravo interno, porquanto, na dicção do art. 1.021 do CPC, “contra **decisão proferida pelo relator** caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.*

Com efeito, a ausência de dúvida objetiva com relação ao cabimento do recurso adequado, na hipótese, evidencia a ocorrência de erro grosseiro a impedir o conhecimento do presente recurso (e-STJ fls. 3.016/3.017).

Dessume-se, pois, que a interposição deste recurso integrativo na hipótese sob exame não se amolda às previsões do art. 1.022 do CPC, pois busca a parte

embargante, em verdade, a reforma do julgado que lhe foi desfavorável sem, contudo, demonstrar qualquer vício na referida prestação jurisdicional, não merecendo acolhida a insurgência, conforme a jurisprudência pacífica da Corte Especial deste Sodalício:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ARESTO EMBARGADO CAPAZ DE JUSTIFICAR OS ACLARATÓRIOS. [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material, eventualmente existentes no julgado. Assim, a obtenção de efeitos infringentes, como pretende o Embargante, somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do mencionado art. 1.022, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício, que, por si só, seja suficiente para a inversão do julgado. No caso, não há vício a ser sanado.

[...]

(EDcl no AgInt no RE no AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 1515688/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/06/2018, DJe 07/08/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OMISSÃO INEXISTENTE. INCONFORMISMO COM A TESE ADOTADA. DETURPAÇÃO DA FUNÇÃO RECURSAL DOS DECLARATÓRIOS.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material, o que não ocorre na espécie.

2. Com efeito, o decisum ora embargado é expressamente claro ao consignar que o acórdão recorrido firmou entendimento de que o mandado de segurança não é a via processual adequada para impugnar ato judicial passível de reforma por meio de recurso previsto na legislação processual civil, conclusão essa que se subsume à hipótese do Tema 318/STF, o qual fixa tese de que questões relativas aos requisitos de admissibilidade do mandado de segurança não apresentam repercussão geral.

3. Com efeito, pretende a parte embargante a análise do acerto ou desacerto da decisão de admissibilidade do recurso extraordinário, sendo que, no presente caso, a questão foi decidida de maneira fundamentada e completa, mas não conforme objetivava a recorrente, uma vez que foi aplicado entendimento diverso.

4. Contudo, entendimento contrário ao interesse da parte não se confunde com omissão ou contradição, sendo inservível a oposição dos declaratórios para o fim único de reexame da matéria já decidida.

Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt nos EDcl no RMS 29.098/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/06/2018, DJe 29/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, do CPC.

1. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

2. No caso em tela, o embargante visa ao reexame das questões suficientemente analisadas no acórdão, que, de forma incorreta, concluiu pela intempestividade dos embargos de declaração anteriores.

3. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl nos EREsp 1541467/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/06/2018, DJe 18/06/2018)

Ante o exposto, não configurada qualquer das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator